

Procedimento de Comercialização

PdC CZ.02

**RECONTABILIZAÇÃO E AJUSTES NA
CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

Versão: 3

Início de Vigência: 28.05.2010

Instrumento de Aprovação: Despacho ANEEL nº 1497, de 27.05.2010



ccee

Câmara de Comercialização
de Energia Elétrica



CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.02	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 3
NOME RECONTABILIZAÇÃO E AJUSTES NA CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO		

ÍNDICE

1. APROVAÇÃO	3
2. HISTÓRICO DE REVISÕES	3
3. PROCESSO ORIGEM.....	4
4. NOME E CÓDIGO DO PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO	4
5. PÚBLICO ALVO.....	4
6. OBJETIVO	4
7. ASPECTOS LEGAIS E REGULATÓRIOS.....	5
8. LISTA DE TERMOS.....	6
9. FERRAMENTAS DE SUPORTE	7
10. PREMISSAS	7
11. FLUXOGRAMA	9
12. MATRIZ DE OPERACIONALIZAÇÃO	10
13. CRONOGRAMA GERAL	11
14. ANEXOS.....	12

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.02	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 3
NOME RECONTABILIZAÇÃO E AJUSTES NA CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO		

1. APROVAÇÃO

Início de Vigência do Procedimento de Comercialização: 28.05.2010

Aprovado pelo Despacho ANEEL nº 1497, de 27 de maio de 2010.

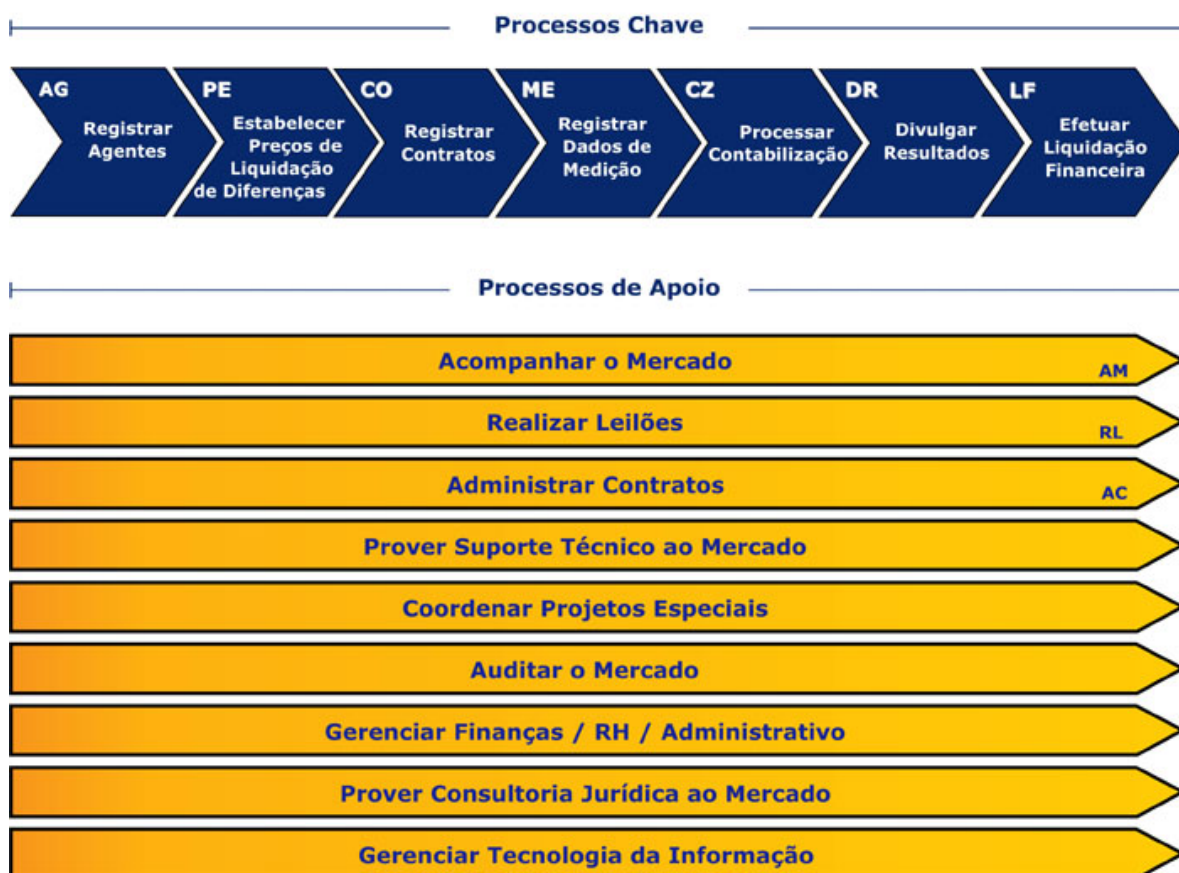
2. HISTÓRICO DE REVISÕES

- **Versão 1** **14.10.2005**
Elaborada versão inicial do documento.
- **Versão 2** **01.10.2008**
Incluída a possibilidade de rateio dos valores apurados em recontabilização de agente desligado sem sucessor.
- **Versão 3** **28.05.2010**
Adequação das premissas de forma a contemplar o disposto na Convenção de Comercialização, alterada pela Resolução Normativa ANEEL nº 348/09.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.02	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 3
NOME RECONTABILIZAÇÃO E AJUSTES NA CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO		

3. PROCESSO ORIGEM

Cadeia de Valor da CCEE



4. NOME E CÓDIGO DO PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO

Recontabilização e Ajustes na Contabilização e Liquidação – CZ.02

5. PÚBLICO ALVO

- 5.1. Agente da CCEE
- 5.2. Superintendência da CCEE
- 5.3. Conselho de Administração da CCEE

6. OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos relativos à recontabilização, após aprovação do Conselho de Administração da CCEE, de um determinado mês já liquidado e aos ajustes na contabilização e liquidação.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.02	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 3
NOME RECONTABILIZAÇÃO E AJUSTES NA CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO		

7. ASPECTOS LEGAIS E REGULATÓRIOS

- 7.1. Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 – Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.
- 7.2. Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 – Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nº 5.665, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.
- 7.3. Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 – Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outras providências.
- 7.4. Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004 – Regulamenta os arts. 4º e 5º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da CCEE.
- 7.5. Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004 – Institui a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.
- 7.6. Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21 de dezembro de 2006 – Estabelece as condições para a comercialização de energia elétrica, oriunda de empreendimentos de geração que utilizem fontes primárias incentivadas, com unidade ou conjunto de unidades consumidoras cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e dá outras providências.
- 7.7. Resolução Normativa ANEEL nº 248, de 23 de janeiro de 2007 – Altera dispositivos da Resolução Normativa nº 67, de 8 de junho de 2004, bem como da Resolução nº 281, de 1º de outubro de 1999, e dá outras providências.
- 7.8. Resolução Normativa nº 260, de 03 de abril de 2007 - Altera dispositivos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, instituída pela Resolução Normativa ANEEL 109 de 26.10.2004, que estabeleceu a estrutura e a forma de funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- 7.9. Resolução Normativa nº 263, de 17 de abril de 2007 - Altera o parágrafo único do art. 1º, bem como o art. 22 do Anexo da Resolução Normativa ANEEL 109 de 26.10.2004, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, referente ao funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- 7.10. Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra - Estrutura - REIDI; reduz para 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da contribuição para o PIS / PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória 2.158 - 35 de 24.08.2001, e as Leis 9.779 de 19.01.1999, 8.212 de 24.07.1991, 10.666 de 08.05.2003, 10.637 de 30.12.2002, 4.502 de 30.11.1964, 9.430 de 27.12.1996, 10.426 de 24.04.2002, 10.833 de 29.12.2003, 10.892 de 13.07.2004, 9.074 de 07.07.1995, 9.427 de 26.12.1996, 10.438 de 26.04.2002, 10.848 de 15.03.2004, 10.865 de 30.04.2004, 10.925 de 23.07.2004 e 11.196 de 21.11.2005; e revoga dispositivos das Leis 4.502 de 30.11.1964, 9.430 de 27.12.1996 e do Decreto - Lei 1.593 de 21.12.1977, e dá outras providências.
- 7.11. Decreto nº 6.210, de 18 de setembro de 2007 - Altera dispositivos do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, define demanda mínima por unidade de consumo para a equiparação de consumidor a autoprodutor, e dá outras providências.
- 7.12. Resolução Normativa ANEEL nº 286, de 06 de novembro de 2007 - Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis a fontes incentivadas e consumidores especiais, de que trata a Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006.
- 7.13. Resolução Normativa nº 341, de 02 de dezembro de 2008 - Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2009, de que trata a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica instituída pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.02	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 3
NOME RECONTABILIZAÇÃO E AJUSTES NA CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO		

outubro de 2004, alterada pela Resolução Normativa nº 348, de 06 de janeiro de 2008, e dá outras providências.

- 7.14. Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008 – Regulamenta a contratação de energia de reserva de que trata o §3º do art.3º A da Lei 10.848, de 15 de março de 2004, mediante leilões a serem promovidos pela ANEEL, direta ou indiretamente, conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia – MME, bem como altera o art. 44 do Decreto nº 5.163, de 30 de junho de 2004 e o art. 2º do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, e dá outras providências.
- 7.15. Resolução Normativa ANEEL nº 348, de 6 de janeiro de 2009 – Altera a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de outubro de 2004.
- 7.16. Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009 - Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE; altera o § 4º do art. 1º da Lei 11.805 de 06.11.2008; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; altera o art. 1º da Lei 10.841 de 18.02.2004, as Leis 9.074 de 07.07.1995, 9.427 de 26.12.1996, 10.848 de 15.03.2004, 3.890-A de 25.04.1961, 10.847 de 15.03.2004, e 10.438 de 26.04.2002, e autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD.
- 7.17. Resolução Normativa ANEEL nº 376, de 25 de agosto de 2009 - Estabelece as condições para contratação de energia elétrica, no âmbito do Sistema Interligado Nacional – SIN, por Consumidor Livre, e dá outras providências.
- 7.18. Resolução Normativa ANEEL nº 385, de 08 de dezembro de 2009 - Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2010, de que trata a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica; altera art. 3º e acrescenta inciso ao art. 4º da Resolução Normativa 341 de 02.12.2008, altera art. 5º da Resolução 209 de 03.08.2008, e altera art. 2º da Resolução Normativa 336 de 28.10.2008.

8. LISTA DE TERMOS

Este procedimento de comercialização utiliza os seguintes termos e expressões, cujas definições são encontradas no PdC Glossário.

- Agente da CCEE ou Agente
- Agente Sucessor
- Câmara de Arbitragem
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
- Conflito
- Conselho de Administração da CCEE
- Consumidor Livre
- Contabilização
- Desligamento Compulsório
- Desligamento de Agente ou Desligamento
- du
- Liquidação Financeira
- Processo de Contabilização e Liquidação Financeira
- Recontabilização
- Sistema de Contabilização e Liquidação (SCL)
- Superintendência da CCEE

9. FERRAMENTAS DE SUPORTE

FERRAMENTA	DESCRIÇÃO
SCL	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de contabilização e liquidação da CCEE no qual serão feitas as alterações de dados e o processamento da recontabilização.
Mecanismo Auxiliar de Cálculo	<ul style="list-style-type: none"> Mecanismo utilizado pela Superintendência da CCEE para calcular eventuais valores <i>sub judice</i>.

10. PREMISSAS

10.1. Premissas Gerais

- 10.1.1. O processo de recontabilização, aprovado pelo Conselho de Administração da CCEE, somente será executado posteriormente à realização da liquidação financeira do período considerado, nos casos em que uma divergência em relação a uma contabilização já encerrada seja julgada procedente em decorrência de: (i) encerramento de um procedimento de solução de conflito; (ii) determinações legais e/ou normativas, inclusive decisões da Aneel; (iii) decisões judiciais transitadas em julgado; (iv) decisões da Câmara de Arbitragem; (v) reconsiderações do Conselho de Administração da CCEE; ou (vi) da solicitação de recontabilização realizada pelo agente da CCEE, conforme PdC CZ.03 – Solicitação de Recontabilização.
- 10.1.2. O processamento da recontabilização será realizado pela CCEE, caso julgado procedente pelo Conselho de Administração.
- 10.1.3. O Conselho de Administração deverá definir o cronograma de processamento das recontabilizações aprovadas.
- 10.1.4. É de responsabilidade do agente o pagamento, quando definido pelo Conselho de Administração da CCEE conforme PdC CZ.03 – Solicitação de Recontabilização, dos emolumentos aplicáveis às recontabilizações que solicitar.
- 10.1.5. O Conselho de Administração da CCEE poderá autorizar o processamento das recontabilizações por iniciativa da CCEE, em conjunto com os demais pedidos de recontabilização aprovados.
- 10.1.6. No caso de existência de decisões judiciais ou administrativas de caráter provisório, a CCEE deverá proceder aos ajustes na contabilização e na liquidação financeira, mediante a utilização de mecanismo auxiliar de cálculo, devendo ser preservados os dados e os valores originais do processo de contabilização e de liquidação financeira considerado.
- 10.1.7. Os ajustes efetuados pela CCEE serão cancelados quando da revogação ou suspensão das decisões judiciais ou administrativas de caráter provisório, por meio de processo de adequação de resultados, a ser realizado na próxima contabilização, conforme cronograma a ser definido pelo Conselho de Administração. Os valores resultantes desse processo de adequação de resultados serão divulgados aos agentes da CCEE e considerados na liquidação financeira definitiva.
- 10.1.8. Com exceção do período contabilizado entre setembro de 2000 e dezembro de 2002, os ajustes provenientes de cada recontabilização, tanto a débito quanto a crédito, serão atualizados monetariamente com base no IGP-M/FGV *pro rata die*, desde a data da liquidação financeira dos valores originais do mês recontabilizado até a data da liquidação da contabilização na qual o ajuste foi considerado. Na falta ou extinção deste índice, será utilizado o que vier a substituí-lo.
- 10.1.9. No momento do cálculo, caso ainda não tenham sido publicados quaisquer dos índices relativos ao período correspondente ao valor a ser atualizado, serão utilizados os índices já publicados, a partir do último, de forma retroativa, aplicados a partir da data

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.02	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 3
NOME RECONTABILIZAÇÃO E AJUSTES NA CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO		

final do período a ser atualizado, *pro rata die*, e assim sucessivamente, de forma que se utilizem sempre valores de índices já publicados pela Fundação Getúlio Vargas.

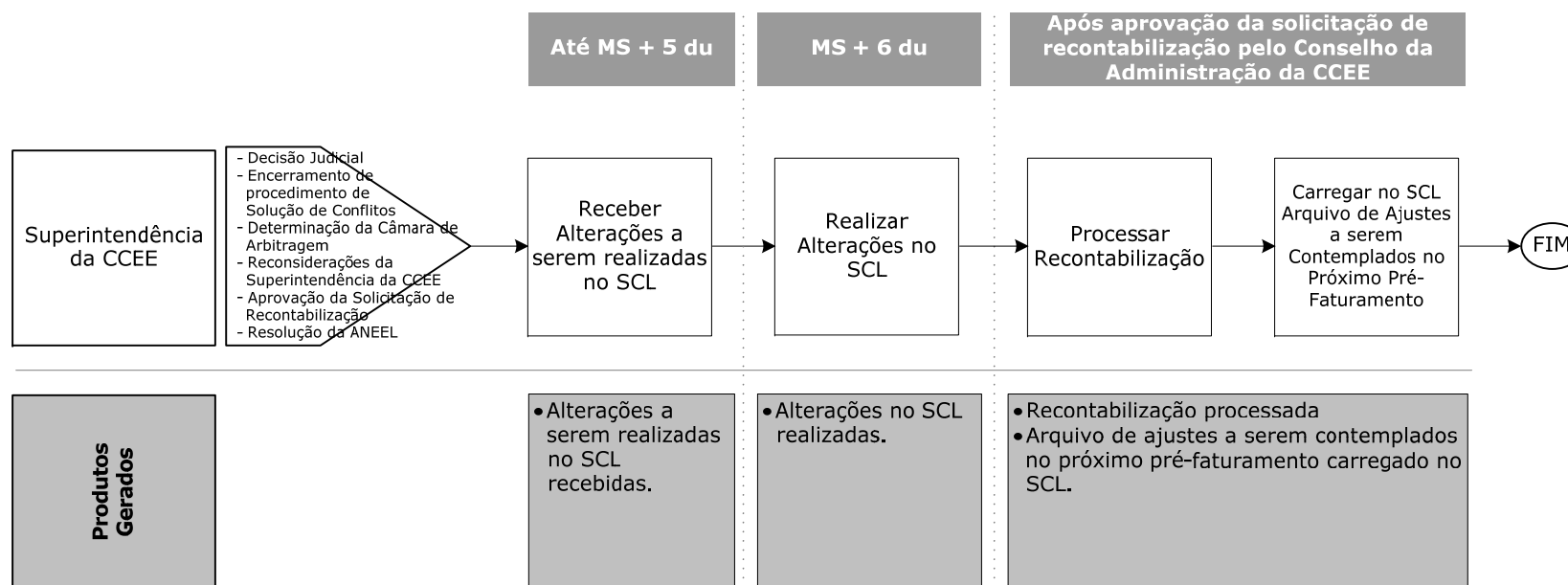
- 10.1.10. Os resultados do processo de recontabilização serão disponibilizados, pela Superintendência da CCEE, por meio de relatórios aos agentes da CCEE.
- 10.1.11. Em MS+13du estarão disponíveis os resultados do processo de recontabilização, se aplicável. Mais detalhes a respeito da disponibilização dessas informações podem ser obtidos no PdC DR.01 - Divulgação de Resultados.
- 10.1.12. Para as recontabilizações serão utilizados os mesmos programas computacionais e os dados originais, referentes à contabilização e à liquidação financeira considerada, sujeitos a modificações, emendas ou inclusão de dados adicionais, se assim for determinado pelo Conselho de Administração, para cumprimento das decisões ou determinações aplicáveis.
- 10.1.13. Nos casos em que forem necessárias alterações nas regras de comercialização que impliquem modificações no código do SCL, o processo de recontabilização deverá seguir um novo cronograma, baseado nas implementações a serem realizadas no SCL.
- 10.1.14. No caso de uma recontabilização impactar valores de entrada da matriz de comercialização de energia incentivada e, conseqüentemente, o cálculo do vetor de descontos finais, a matriz será reprocessada com base nos dados aferidos, observadas as solicitações de reprocessamento objeto de alterações em parâmetros utilizados exclusivamente no processo do cálculo do desconto, conforme prazos estabelecidos no PdC CZ.03 – Solicitação de Recontabilização.
- 10.1.15. A contagem dos prazos estabelecidos neste procedimento de comercialização é realizada observando-se apenas os dias úteis.

10.2. Premissas específicas relativas à recontabilização de agente desligado

- 10.2.1. Na hipótese de ocorrência de recontabilização e, conseqüentemente, alteração dos montantes da liquidação financeira de qualquer período anterior ao desligamento de um agente da CCEE, sem sucessor, eventuais débitos ou créditos apurados serão rateados entre os agentes participantes da respectiva recontabilização na seguinte proporção:
 - a) 50% (cinquenta por cento) do montante apurado será destinado aos agentes da CCEE credores afetados pela recontabilização, rateado na proporção do ajuste de cada agente;
 - b) 50% (cinquenta por cento) do montante apurado será destinado aos agentes da CCEE devedores afetados pela recontabilização, rateado na proporção do ajuste de cada agente.
- 10.2.2. No caso de agente da CCEE desligado com sucessor, o agente sucessor assumirá toda e qualquer responsabilidade pelos direitos e obrigações, inclusive pretéritas e as decorrentes de eventuais recontabilizações do agente sucedido, conforme o(s) respectivo(s) percentual(is) de sucessão de direitos e obrigações no âmbito da CCEE.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.02	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 3
NOME RECONTABILIZAÇÃO E AJUSTES NA CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO		

11. FLUXOGRAMA



Legenda:

MS: mês seguinte às operações de compra e venda de energia.
du: dias úteis.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.02	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 3
NOME RECONTABILIZAÇÃO E AJUSTES NA CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO		

12. MATRIZ DE OPERACIONALIZAÇÃO

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	FERRAMENTA	PRODUTOS GERADOS	PRAZO
Receber alterações a serem realizadas no SCL	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Receber demandas de alteração no SCL como pré-requisito para execução da recontabilização. 		Alterações a serem realizadas no SCL recebidas.	Até MS+5du
Realizar alterações no SCL	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Identificar as alterações a serem realizadas. Inserir dados de entrada a serem recontabilizados no SCL, se for o caso. Realizar alterações no código do SCL, se for o caso. Realizar alterações na modelagem do sistema elétrico, se for o caso. 	SCL	Alterações no SCL realizadas.	MS+6du
Processar recontabilização	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Uma vez realizados os ajustes, processar a recontabilização do mês em questão no SCL. 	SCL	Recontabilização processada.	Após aprovação da solicitação de recontabilização pelo Conselho de Administração da CCEE
Carregar no SCL arquivo de ajustes a serem contemplados no próximo pré-faturamento	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Finalizado o processamento da recontabilização, o SCL gerará um arquivo de ajustes. Este arquivo conterá todos os pagamentos e recebimentos, por agente da CCEE, relativos à diferença entre o resultado original da contabilização e o resultado proveniente da recontabilização, atualizados monetariamente. Este arquivo de ajustes será contemplado no próximo pré-faturamento. 	SCL	Arquivo de ajustes a serem contemplados no próximo pré-faturamento carregado no SCL.	Após aprovação da solicitação de recontabilização pelo Conselho de Administração da CCEE

Legenda:

MS: mês seguinte às operações de compra e venda de energia.
du: dias úteis.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.02	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 3
NOME RECONTABILIZAÇÃO E AJUSTES NA CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO		

13. CRONOGRAMA GERAL

PRODUTO GERADO	CRONOGRAMA		
Alterações a serem realizadas no SCL recebidas.	Até MS+5du		
Alterações no SCL realizadas.		MS+6du	
Recontabilização processada.			Após aprovação da solicitação de recontabilização pelo Conselho da Administração de CCEE
Arquivo de Ajustes a serem contemplados no próximo pré-faturamento carregado no SCL.			Após aprovação da solicitação de recontabilização pelo Conselho da Administração de CCEE

Legenda:

MS: mês seguinte às operações de compra e venda de energia.

du: dias úteis.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.02	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 3
NOME RECONTABILIZAÇÃO E AJUSTES NA CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO		

14. ANEXOS

Não aplicável.